

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Denise de Arruda Lopes

Doutoranda em Ciências da Educação - World University Ecumenical.

<http://lattes.cnpq.br/0349380179647982>

<https://orcid.org/0009-0003-7033-9448>

E-mail: anadenisedearruda@gmail.com

Damara de Oliveira Teixeira

Doutoranda em Ciências da Educação - World University Ecumenical.

<http://lattes.cnpq.br/0846179025598442>

<https://orcid.org/0000-0002-0087-1717>

E-mail: adamares23@gmail.com

Elizabeth do Norte Fonsêca

Doutoranda em Ciências da Educação - World University Ecumenical.

<https://orcid.org/0009-0007-3536-0929>

E-mail: elizabethdonorte5@gmail.com

Maria Lidiane Trajano Simão

Doutoranda em Ciências da Educação - World University Ecumenical.

<http://lattes.cnpq.br/5701373089078312>

<https://orcid.org/0009-0009-5436-2772>

E-mail: lidianetrajano4008@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N3-40>

RESUMO: Este artigo faz uma abordagem a garantia da inclusão de verdade na aprendizagem de todos os alunos da escola, regular é preciso enfrentar os vários desafios e fortalecer a formação dos docentes criando laços de apoio entre aluno, professores, gestores escolares, familiares e demais profissionais, inclusive os profissionais da saúde para que atendam as necessidades das crianças especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Educação. Escola.

INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This article takes an approach to guaranteeing true inclusion in the learning of all students at school, regularly it is necessary to face the various challenges and strengthen the training of teachers by creating supportive bonds between students, teachers, school managers, family members and others professionals, including health professionals, to meet the needs of special children.

KEYWORDS: Inclusive Education. Education. School.

INTRODUÇÃO

Hoje há um esforço considerável pela inclusão social e escolar dos educandos com necessidades especiais no Brasil. Até o século 21, o sistema educacional dividia e

obrigava os serviços de: “escoa regular” frequentava uma ou outra escola, nos últimos anos, mudou o sistema escolar, e foi adotado a escola regular, a qual acolhe com inclusão todos os alunos que apresentam barreias ou deficiências para a aprendizagem em sala de aula.

A educação inclusiva compreende a educação especial dentro da do espalho escolar regular, onde transforma um espaço que se adequa a todos. Diante das necessidades especiais que os alunos podem ter em algum momento da sua vida escolar, esta oferece e favorece diversidade de acordo com as especialidades de cada aluno.

Há, portanto, necessidades de forma significativa que interfere no processo de aprendizagem exigindo ações educativas e específicas e políticas públicas por parte da escola, como apoio especializado para assim garantir uma educação e aprendizagem de qualidade dos respectivos alunos com necessidades especiais.

Sabemos que a educação é um direito de todos, que deve atender o pleno desenvolvimento e fortalecimento da personalidade do educando, respeitando os direitos, deveres e liberdades dos mesmos, proporcionando passos para construção da cidadania.

A educação inclusiva direciona, portanto, significados para educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. Com a inclusão as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É a partir dessa visão e realidade social que se pode ampliar e desenvolver as oportunidades para uma melhor convivência com todas as crianças.

Cada educando tem suas competências, capacidades e potencialidades, portanto, preservar a diversidade apresentada por cada um na escola é um diferencial importante para o atendimento das necessidades encontrados, considerando suas culturas e bagagens trazidas do contexto familiar.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação Inclusiva, estamos considerando a diversidade e aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidade, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades superdotadas, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (Carvalho, 2005).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), norteia a organização do sistema da educação no Brasil, estabelecendo a nova junção da Educação Especial como maneira de ensino que decorre todos os segmentos da Educação Infantil ao Ensino Superior, realizando o atendimento especializado (AEE), disponibilizando as metodologias do próprio AEE, orientando os discentes e docentes quanto às turmas do ensino regular.

Os educandos com deficiências intelectuais, físicas, auditivas, visuais e múltiplas, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades, são considerados público-alvo da educação especial pelo PNE.

Àqueles que correm risco de exclusão às necessidades em virtude da aprendizagem e participação em sala de aula, têm com caminhos importantes a diversidade abrangente mediante a construção de uma escola com propostas que atendam ao grupo como um todo.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deveria espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos (Mendes, 2012).

Há barreiras e impedimentos no acesso de alguns alunos com direito ao exercício da Educação Inclusiva, cujos alunos são restritos a convivência relacionada a diversos componentes e direitos a escolarização.

Cada vez mais estão acentuadas as diversidades e diferenças individuais que compõem o grupo de alunos, reconhecidas pelos educadores. Portanto, há certa urgência em transformar o sistema educacional para que seja garantido o acesso de segurança e qualidade para todos os educandos. A matrícula na escola é garantida, mas é necessário ir mais além, oferecendo condições a implantação e realização desse projeto pedagógico de inclusão, garantindo a todas as crianças e jovens o total acesso à educação de qualidade possibilitando o desenvolvimento oferecido pela escolaridade.

POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A escola se depara com mudanças, dentre as quais estão a estrutura física, barreiras nas arquiteturas, a partir daí são imprescindíveis uma reorganização planejada, introduzindo os diversos recursos tecnológicos, a capacitação de profissionais do ensino especializado: alternativas relacionadas ao planejamento e a ação avaliativa do aluno.

Um ponto de fundamental importância relaciona-se à formação dos professores para a educação inclusiva, para que estes estejam aptos e preparados para desempenhar a nova prática para o devido atendimento às necessidades do ensino inclusivo. Entende-se que os saberes são construídos de acordos com as experiências e práticas trazidas anteriormente, que vão sendo transformados para a introdução no convívio diário e crítico.

O paradigma de uma sociedade aberta à democracia está associado à inclusão de pessoas com necessidades especiais, que norteia a escola com ações práticas, explicitando uma política educacional e comportamental para a formação dos alunos, favorecendo a inclusão social.

Através do profeto pedagógico são orientadas as atividades escolares, intensificando as ideias da equipe de educadores, organizando trabalhos e diretrizes: garantindo apoio técnico, administrativo e científico às necessidades da Educação Inclusiva, bem como o planejamento e ações: currículos diversificados e abertos que proporcionem e favoreçam todo o processo educacional de inclusão.

Esses fatores influenciam na sala de aula, a concretização do projeto pedagógico, nos diversos níveis do sistema de ensino, além de influenciara e dinamizar a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, com suas adequações e flexibilidade com estratégias e práticas executadas.

É preciso refletir sobre a estrutura para as flexibilizações no contexto de inclusão escolar, para os moldes de adaptação das práticas pedagógicas para servi de modo igualitário os direitos e deveres à participação de todos.

O desafio, agora, é avançar para uma maior valorização da diversidade sem ignorar o comum entre os seres humanos. Destacar muito o que nos diferencia pode conduzir à intolerância, à exclusão ou a postura

fundamentalista que limitem o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, ou, que justifiquem, por exemplo, a elaboração de currículos paralelos para as diferentes culturas, ou para pessoas com necessidades educacionais especiais (Blanco, 2009).

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para que o projeto de inclusão seja posto em prática, o professor necessita de atitudes e disponibilidades positivas para criar uma atmosfera de acolhimento no âmbito escolar, porém, isso não quer dizer que a responsabilidade seja apenas de professor, pois, este professor precisa de uma rede de apoio de todos que regem a escola, como também fora dela, para viabilizar o sucesso de inclusão.

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação, desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandido conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoa de apoio externo (Declaração de Salamanca, 1994).

Como vimos acima, o apoio à educação inclusiva, começa pela escola, bem como por todo a equipe da gestão escolar. A responsabilidade não é única e exclusiva do professor, mas de todo o processo de ensino educacional. A organização das metodologias deve ser importante para que os professores manifestem suas dúvidas e angústias, e possam partilhar com a equipe pedagógica condições e ações de aprendizagens para sala de aula visando atender com amor e respeito aos alunos como um todo.

A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA NO TRABALHO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A instituição família é de suma importância e significativamente de apoio à escolaridade dos alunos, pois é na família que contém as primeiras fontes de informações básicas que se estende na instituição escola, essencial para os trabalhos e atividades específicos do professor. O vínculo família/escola deve estabelecer confiança e cooperação favorecendo os indivíduos envolvidos.

Existem os profissionais que podem detectar, estabelecer e esclarecer as necessidades das crianças e jovens, sugerindo ao professor e demais profissionais da

escola, que são os profissionais da área de saúde, como fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos ou médicos para trabalhar com esses alunos especiais.

Na especialidade da Educação inclusiva, existem os serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), incorporados as escolas, onde o aluno frequenta nesta modalidade e período oposto às aulas. Funciona com salas multifuncionais ou de apoio na mesma instituição, com acessibilidade e estratégias favorecendo a participação social e desenvolvendo a aprendizagem do indivíduo.

Artigo primeiro. Para a implementação do Decreto número 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos: Artigo segundo. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos e acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem; parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso aos currículos dos alunos com deficiência ou modalidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços dos mobiliários, e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes dos demais serviços (CNB/CNE, 2009).

Existem consideráveis técnicas que poderão ser incorporadas à inclusão escolar para auxiliar o professor nas mais diversas modalidades, como; intérprete, apoio, monitor ou auxiliar. Esse professor auxiliar poderá ter formação específica e especializado em AEE, o qual também poderá colaborar no planejamento e suporte para significativas condições de aprendizagem dos alunos.

Vale salientar que a prática inclusiva favorece o educador quanto ao ensino e interação no espaço escolar, cujos diferentes conteúdos estão dispostos às diversas atividades nos trabalhos cotidianos, respeitando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagens.

A educação inclusiva, como prática em construção enfrenta vários desafios, porém, as iniciativas são alternativas importantes e eficazes realizadas pelos educadores,

juntando as experiências e centralizando esforços para as devidas possibilidades e participação de aprendizagem efetiva dos discentes.

AS INSTITUIÇÕES E AS PRÁTICAS MULTIDISCIPLINARES

É compromisso das instituições de ensinar e educar a todos, porém a realidade é bem distante, devido às inúmeras falhas nas práticas, portanto, muitos estudantes entram na escola, mas quantos sairão com sucesso?

Diante das múltiplas razões advindas dos resultados precários, se faz necessário o combate ao fracasso e evasão escolares. A esse fator soma-se a desigualdade social, os valores das famílias quanto à escolarização. Enfim, a multiplicidade de valores e atitudes que interagem mutuamente são preponderantes ao apoio aos estudantes.

A escola como centro de todo o processo educacional e de transmissão, vê o aluno como um ser inacabado e imperfeito, que deve ser corrigido. Na prática não é tal fácil identificar alunos com deficiências físicas ou intelectuais, talvez seja necessário investigação e busca de alternativas que conduza o professor a reconhecer a maneira de trabalhar a educação contínua baseada na normalidade e anormalidade das crianças.

No processo de inclusão, a idade mental é diferente da cronológica, mas não quer dizer que seja menos inteligentes das demais crianças. A diferença toda tem como características que se sobressaem. No ensino inclusivo cada um tem o direito de ser como é, e ser respeitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que todas as escolas públicas ou privadas têm o direito e o dever de aceitar e introduzir as crianças ditas “normais e/ou anormais”, nos âmbitos institucionais/educativos, levando-as aos questionamentos dos porquês, cabe aos órgãos federais, estaduais, municipais e privados oferecer uma educação de qualidade e inclusiva, a qual os indivíduos sejam cidadãos preparados para viverem em sociedade

com dignidade e estarem aptos às discussões e críticas diante da realidade a qual são impostas.

Para isso cabe ao diretor gerir com todo o corpo docente e pedagógico, juntamente com a comunidade e principalmente com os pais e/ou responsáveis, de forma que se utilizem de uma metodologia voltada para as especificidades de cada educando, porque entende-se que cada criança tem o seu mundo, a sua cultura, a sua bagagem trazida da família ou do meio em que convive, então não só basta explorar essas bagagens, mas traze-las para a realidade escolar criando e inovando cada peculiaridade e transformando em algo prazeroso e dinâmico para dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE/CEB Número 04/2009 e Parear CNE/CEB Número 13/2009. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/reeb_004_09.pdf.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Número 2. Art. Quinto, Inciso III, MEC, 2001, Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptação Fundamental. Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC/ SEESP, 1998.

COEL. C. Qualidade equidade e reformas no ensino. Madri: OEI – Fundação Santilana, 2009.

DANIELA ALONSO E S. CASARIN. A sala de aula inclusiva. São Paulo. No preto 2012.

E. LOPES, PDE. Flexibilização Curricular: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência. Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/786-2.pdf>

MARCHESI, A., TEDESCO, J. C. A atenção educacional à diversidade: escolas inclusivas. R. Blanco.

MARIA TEREZA ÉGLER MANTOAN. Inclusão escolar: O que é? Como fazer? Ed. Modena.

R.E. CARVALHO. Diversidade como paradigma de ação pedagógico na Educação. In: Revista da Educação Especial. Mec/ SEESP Out. 2005.

UNESCO. MEC-Espanha (1994). Declaração de Salamanca e Linha de Ação. Brasília: CORDE.

Submissão: fevereiro de 2024. Aceite: março de 2024. Publicação: setembro de 2024.